

ANUÁRIO

14

SETEMBRO
2001
ASDUERJ

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UERJ

distância
educação
distância
abel

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



REVISTA ADVIR

Publicação da Associação
de Docentes da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro - ASDUERJ.
Registro ISSN 1518-3769
Sede: Rua São Francisco Xavier, 524,
1º andar, bloco D, sala 1026,
Maracanã - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 20550-013. Tel.: 22649314 / 25877579
Fax: 22844350
Site: www.asduerj.org.br
Endereço eletrônico: asduerj@uerj.br

DIRETORIA BIÊNIO 99/2001

Presidente: Cláudia Gonçalves de Lima
I Vice-Presidente: Ronaldo Lauria
II Vice-Presidente: Jorge Máximo
I Secretário: Ana Cléa B. M. Ayres
II Secretário: Flávio Pimentel
I Tesoureiro: Iná Meireles
II Tesoureiro: Antônio Carlos da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Cláudia Gonçalves
Deise Mancebo
Eurico Zimbres
Gustavo Bayer
Hindenburgo Pires

EDITOR RESPONSÁVEL

Hindenburgo Pires

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Carlos da Silva (Biologia)
Antonio Celso Pereira (Direito)
Carlos Alberto Mandarim (Biologia)
Cláudio Ulpiano (In Memoriam)
Décio Orlando (CAP)
Eurico Zimbres (Geologia)
Gustavo Bernardo Krause (Letras)
Heliana Conde (Psicologia)
Jader Benuzzi Martins (Física)
José Augusto Quadra (Medicina)
Junito Brandão (In Memoriam)
Lená Medeiros (Ciências Sociais)
Lilian Nabuco (Comunicação)
Luiz Sebastião Salgado (Engenharia)
Maria Beatriz de Albuquerque David (Economia)
Pedro Luiz Pereira de Souza (Desenho Industrial)
Rose Mary Serra (Serviço Social)
Sérgio Francisco (Música)

FICHA TÉCNICA

Produção Editorial: Sérgio Franklin
Edição Visual: Leila Braille
Ilustrações: Maria Cristina Loureiro
Execução Gráfica: Gráfica Exímia
Fotografia: Berg Silva e Paulo Santos

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Aos filiados da Asduerj; Associações Docentes Filiadas à Andes-SN;
Institutos de Pesquisa e Ensino Superior; Bibliotecas Públicas;
Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro;
Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

COORDENAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO

Secretaria da Asduerj

Secretária: Arlete Cândido
Auxiliares Administrativos: Marcello Silva e Erick Cândido

Agradecimentos:

A todos os amigos, pelo entusiasmo, pela força, pela alegria.
À nossa querida Zita, por tudo, por todo dia.

orientação aos colaboradores

REVISTA ADVIR

É uma revista semestral e publicará, preferencialmente, artigos de professores da Uerj que abordem temas relacionados à Universidade em todos os seus aspectos: político, administrativo, acadêmico, científico e cultural.

Por ser uma publicação que se propõe a atingir um público abrangente, ADVIR não publicará artigos científicos especializados. Contudo, serão aceitos artigos de divulgação científica, que deverão ser escritos de forma a permitir o entendimento por leitores de outras áreas do conhecimento.

ENTREVISTA

Os Conselhos Editorial e Consultivo definirão o tema desta seção e indicarão nomes dos possíveis entrevistados. No entanto, serão aceitas sugestões de temas e nomes.

PONTO DE VISTA

Serão publicados artigos assinados, com pontos de vista diferenciados acerca do tema central, previamente definido e divulgado.

ACADEMIA

Publicará artigos não-especializados de tema livre, objetivando, com isso, apresentar um demonstrativo da produção acadêmica dos professores da Uerj. A cada número, ADVIR procurará contemplar diferentes áreas do conhecimento.

ENSINO, PESQUISA & EXTENSÃO

Publicará textos que analisem e divulguem projetos e experiências de interesse nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

ARTE & CULTURA

Publicará textos sob as formas de resenha, crítica ou artigo, sobre temas relacionados aos campos da arte e da cultura.

OPINIÃO

Publicará textos que expressem a opinião pessoal do autor sobre tema de livre escolha.

CÁ ENTRE NÓS

Publicará cartas recebidas, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial.

DOCUMENTO

Publicará material de caráter histórico e documental, no todo ou em parte, preferencialmente relacionado ao tema central da revista.

CRITÉRIOS PARA O ENVIO DE ARTIGOS

1. Artigos de alunos de graduação e pós-graduação devem, necessariamente, ser acompanhados de parecer de um docente com formação na área de conhecimento do texto.

2. Notas e referências bibliográficas deverão ser colocadas ao final do texto, conforme padrão da ABNT.

3. Todo artigo recebido será submetido ao Conselho Consultivo, que decidirá, em caráter definitivo e com base em critérios científicos, sobre sua publicação ou não, ficando a critério do Conselho Editorial definir em que edição da revista isto ocorrerá, tendo em vista apenas critérios de adequação editorial.

4. Fotos e ilustrações serão aceitas como contribuição espontânea, mesmo que não se façam acompanhar de artigos.

As fotos e ilustrações que vierem a ser utilizadas trarão os créditos de seus autores. ADVIR não se responsabiliza pela devolução do material recebido.

5. Os artigos deverão, necessariamente, ser enviados já digitados e em programas compatíveis com o ambiente Windows.

6. A dimensão total dos textos não poderá ultrapassar o limite de 08 (oito) laudas, incluindo-se referências bibliográficas, notas, gráficos, etc.

7. O texto deverá vir, necessariamente, acompanhado do nome completo de seu autor, instituição e setor onde trabalha, última titulação, telefone e endereço completos.

8. Independentemente dos prazos divulgados nos editais de convocação de artigos, os textos enviados, desde que aprovados pelo Conselho Consultivo, passam a fazer parte do Banco de Artigos da revista, aguardando publicação no número subsequente.

IMPORTANTE

Os artigos que não obedecerem aos critérios aqui divulgados não serão recebidos pela assessoria editorial da Asduerj.

Educação a distância não se lamenta, discute-se

HINDENBURGO FRANCISCO PIRES • EDITOR RESPONSÁVEL

A IDÉIA de editar a Revista Advir 14 sobre o tema "Educação a Distância e a Universidade Pública: Dilemas da política e da gestão educacional" surgiu da preocupação com os atuais rumos e tendências das políticas públicas orientadas para assegurar a democratização do acesso à educação pública e reduzir o óbice existente entre as novas tecnologias de informação e o conhecimento.

Em meados dos anos 90, com a expansão dos usos das tecnologias de informação, a educação a distância foi considerada entusiasticamente como "inovação pedagógica" na promoção da democratização do acesso à educação pública e passou a ser caracterizada como uma modalidade regular do sistema educacional brasileiro, através da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.9394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, embora o seu modelo pedagógico ainda esteja sendo implementado por apenas algumas Instituições de Ensino Superior (IES) e também instituições de ensino privadas.

No Brasil, no início dos anos 90, o uso da EAD passou a ser difundido a partir de iniciativas de educadores e professores das instituições públicas de ensino superior.

Na década passada, as Universidades Públicas foram condenadas à estagnação na escala de atendimento das demandas sociais de formação profissional e de educação (número de aluno), por medidas neoliberais de "ajuste" e de cortes orçamentários — orientadas por um longo recetivário das instituições financeiras multilaterais (FMI, Banco

O CRESCIMENTO RECENTE DA PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO "MERCADO" DE ENSINO SUPERIOR JÁ ULTRAPASSA 40%.

Mundial); estas políticas provocaram a redução drástica e deliberada da participação do Estado na democratização do acesso à educação pública e gratuita; hoje mais de 63% dessas demandas são atendidas por IES privadas.

O crescimento recente da participação de instituições privadas no "mercado" de ensino superior já ultrapassa 40%. Chama atenção o crescimento das iniciativas de criação de cursos

a distância tanto por IES privadas como por empresas privadas nacionais e transnacionais sob o título de Educação Corporativa. No período atual, a EAD vem sendo apresentada como importante instrumento de "inclusão" (social, educacional, digital, etc.) e vem sendo identificada também como um novo modelo "educacional", capaz de contribuir para reverter, em um curto intervalo de tempo, o quadro atual de exclusão (social, educacional, digital, etc.).

Diante da emergência do projeto de constituição do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro - CEDERJ e da enorme polêmica que a introdução desta modalidade de ensino nas IES públicas vem provocando, sentimos-nos motivados a discutir as ações e as políticas públicas empreendidas pelo Estado e pela Universidade Pública, para a ampliação e democratização da formação profissional e o atendimento às demandas sociais por educação.

Neste sentido, a Revista Advir 14 brinda os seus leitores com um conjunto de artigos e entrevistas de diversas orientações e viéses sobre o tema objeto desta edição.



5/21 ENTREVISTA

EAD: ADVIR entrevista Roberto Leher, presidente do ANDES-SN; Carlos Bielschowski, coordenador do CEDERJ; e Isaac Vasconcelos, Sub-Reitor de Graduação da UERJ

22/140 PONTO DE VISTA

22/30

UNIVERSIDADE, POLÍTICA PÚBLICAS
E NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS À EAD

HINDENBURGO FRANCISCO PIRES

31/37

EAD: POSSIBILIDADES E ENTRAVES À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À
EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE

RAQUEL VILLAROI
ELOIZA GOMES
ZAÇARIAS JAEGGER GAMA

38/46

CIBERCULTURA E INTERATIVIDADE: DESAFIOS
À IMAGINAÇÃO CRIADORA DO PROFESSOR

MARCO SILVA

47/55

EAD: CONSTRUINDO SIGNIFICADOS

IRA MARIA MACIEL

56/66

EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA: DEMOCRATIZAÇÃO
OU SUBORDINAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
ÀS DEMANDAS DO CAPITAL?

KATIA REGINA DE SOUZA LIMA

67/74

LAMPADA: 10 ANOS DE ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO MÉDICA

RONALDO CURI GISMONDI

75/80

EAD NOS SISTEMAS EDUCACIONAIS

ANDREA DE FARIAS CASTRO
MARIO LÚCIO DE LIMA NOGUEIRA

81/86

A UNIVERSIDADE NA TEIA DO CONHECIMENTO

GERALDO TADEU MOREIRA MONTEIRO

87/93

RÁDIO, EAD E UNIVERSIDADE

SONIA VIRGÍNIA MOREIRA

94/101

EAD: DA UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS À
INTERNACIONALIZAÇÃO DO MERCADO EDUCACIONAL

WAGNER BRAGA BATISTA

102/106

TREINAMENTO TRAVESTIDO DE
FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

MARIA ABÁDIA DA SILVA

107/113

REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA
DE TUTORIA EM CURSO A DISTÂNCIA

JUSSARA CALMON S. SOARES

114/124

EAD: PARA ALÉM DO SIM E DO NÃO

ANTONIO BOSCO DE LIMA
DAGUIMAR ORQUIZA

125/136

EAD: A ATUALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

ALUIZIO BELISÁRIO

137/140

EAD: A DISTÂNCIA DO QUÊ?

RAQUEL GOMES CARNEIRO

o foco da distância



Da esquerda para a direita, Roberto Leher, Bielschowski e Isaac Vasconcelos.

QUANDO O CONSELHO EDITORIAL PAUTOU, PARA O NÚMERO 14 DE ADVIR, O TEMA "EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA", CRIOU-SE UM IMPASSE PARA ESTA SEÇÃO. QUEM PODERIA SINTETIZAR, NUMA ENTREVISTA, A PLURALIDADE DE POSICIONAMENTOS SOBRE A QUESTÃO? COMO MANTER A LINHA EDITORIAL DA REVISTA, QUE PRIVILEGIA A DIVERSIDADE DE OPINIÕES E O DEBATE, ENTREVISTANDO UMA ÚNICA PESSOA SOBRE UM TEMA TÃO ESPINHOSO E CONTROVERSO? COM A "BATATA QUENTE" NAS MÃOS, O CONSELHO OPTOU POR UMA SOLUÇÃO SALOMÔNICA. ESCOLHEU TRÊS VISÕES DE DOCENTES QUE REPRESENTAM PERSPECTIVAS DIFERENCIADAS DA QUESTÃO. CARLOS BIELSCHOWSKI, COORDENADOR DO CONSÓRCIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CEDERJ –, CLASSIFICA COMO "UM ATO DE IRRESPONSABILIDADE NÃO INVESTIR NESTA MODALIDADE DE ENSINO NO BRASIL". ROBERTO LEHER, PRESIDENTE DO ANDES-SN, ESTÁ CONVENCIDO DE QUE "A EAD NÃO É UTILIZADA COMO RECURSO DE SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, MAS COMO VIABILIZADORA DA DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO SERVIÇO". CONTEMPORIZA A QUESTÃO O SUB-REITOR DE GRADUAÇÃO DA UERJ, ISAAC VASCONCELOS. CONFESSANDO JÁ TER CULTIVADO RESERVAS QUANTO A ESTA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO, ELE DECLARA "TEREM SE DISSIPADO AS DESCONFIANÇAS DO PASSADO".



BERG SILVA

PARTICIPOU DA ENTREVISTA O EDITOR RESPONSÁVEL PELA ADVIR 14, PROFESSOR HINDENBURGO PIRES.

ADVIR - Qual é a posição do ANDES-SN sobre os projetos de Educação a distância implantados no Brasil?

Roberto Leher – O sindicato tem posição em relação a pontos específicos, discutidos e analisados em nossas instâncias deliberativas. Temos particularmente um acúmulo maior de informações e debates em relação a estratégias da educação a distância para a formação de professores, que está se difundindo muito. O MEC e algumas secretarias estaduais de educação, como as de São Paulo e Minas Gerais, alocam uma parcela significativa de recursos nisto. Temos rejeitado estas estratégias. Há uma preocupação de ordem geral, que diz respeito aos tratados em discussão na Organização Mundial do Comércio. Na rodada do Uru-

guai, em 91, questões do conhecimento, da propriedade intelectual e da educação entraram na pauta como serviços. Em Seattle, entre os pontos a serem tratados, estava o da liberalização do mercado educacional. A educação a distância é uma estratégia utilizada por setores que vendem serviços educacionais para exportação com custos muito baixos. Caso ocorra a desregulamentação, teremos aqui uma série de cursos de especialização, de pós-graduação *lato sensu*, *stricto sensu*, e, sem dúvida nenhuma, de graduação, inteiramente a distância. Haverá, por exemplo, *franchisings* de universidades americanas. A educação deixaria de ser um direito social e passaria a ser um serviço. Preocupa-nos, especialmente, algumas estratégias que estão em

curso em São Paulo. Nelas, a formação de professores com nível superior será inteiramente a distância, sem nenhum momento presencial, e a chancela – e isto é muito preocupante – será das três universidades paulistas: a USP, a UNICAMP e a UNESP. O aluno terá um diploma com a credibilidade da USP, da UNICAMP ou da UNESP sem ter nenhum momento presencial, nenhuma possibilidade de debate verdadeiro com os professores.

ADVIR - Como o senhor analisa o processo de implantação e suas consequências para a autonomia das universidades públicas?

Hindenburg Pires - **Principalmente com relação à UNIREDE?**

RL – A princípio, é uma afronta completa à autonomia da universidade. As estratégias dos cursos advêm de espaços externos. A universidade perde o que tem de mais precioso: a sua autonomia acadêmica. Em todas as experiências em curso, isto é uma marca. É o oposto do que defendemos em relação à universidade. É uma formação pragmática, a partir da demanda do cliente. Todos os programas de EAD hoje são contraditórios, antinômicos em relação à autonomia universitária. Não temos, infelizmente, nenhum exemplo de programa que permita à universidade resguardar a sua autonomia, a sua capacidade de produção e socialização do conhecimento. A EAD não é utilizada como um recurso que possa ajudar a socialização do conhecimento, mas para viabilizar a educação como serviço.

ADVIR - A implementação dos programas podem interferir no desenvolvimento das Instituições Públicas de Ensino Superior?

RL – O exemplo das paulistas é claro. Uma instância externa, a Secretaria de Educação

– a rigor não é a secretaria, mas consultorias privadas –, define a formação do professor, a grade curricular. A secretaria de educação compra da universidade o serviço de execução de um projeto, elaborado por uma instância externa e, oficialmente, os estudantes serão formados pela instituição executora. É uma espécie de "ovo da serpente". Se o MEC e o Banco Mundial definirem que um curso possui menor prestígio social, ele pode passar a ser inteiramente a distância, como, por exemplo, o de formação de professores. Não significa que amanhã outros cursos venham a ser a distância. É uma modalidade de ensino que requer pouca mão-de-obra. Trata-se de um curso eficiente: gasta-se pouco e forma-se muitos. As universidades estão entrando num terreno perigoso.

Hindenburg Pires – **O senhor conhece o programa de educação a distância do Estado do Rio de Janeiro – CEDERJ?**

R. L. - Não.

Hindenburg Pires – **O Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro afirmou que, com 10% dos recursos direcionados à UERJ, seria possível atender, através da Educação a distância, duas vezes mais o número de alunos da universidade. O discurso oficial do governo coloca a iniciativa como a chance de reverter o quadro de exclusão produzido pela "inércia" do Ensino Superior do Estado. Como você analisa as declarações do secretário?**

R. L. - São impertinentes. Afirma-se ser possível graduar pessoas a um baixo custo. Mas, as pessoas não terão uma formação universitária. A declaração de que a universidade é inerte também não é pertinente. As universidades públicas aumentam, até mais do que deveriam, a oferta de vagas para estudantes, num momento de compressão dos seus re-



IBRAG SILVA

O banco (Mundial) entende que na América Latina não cabe a universidade com **MODELO EUROPEU**

cursos humanos. Há mais estudantes em sala de aula do que deveria. A idéia de que é razoável admitirmos mais de trinta alunos em uma disciplina começa a se difundir. É necessária uma extensão efetiva do ensino superior público, que está comprimido. Mesmo o privado. Se compararmos a taxa de crescimento populacional e o histórico de crescimento das universidades no Brasil, veremos que é um crescimento pequeno. Da década de 60 a década de 80, o número de matrículas para o ensino superior, como um todo, cresceu dez vezes. Em meados dos anos 80, até o final da década de 90, apenas dobrou, atingindo apenas 10% da população. É um percentual muito baixo. Há uma escassez de vagas, que possibilita o aparecimento de medidas demagógicas. As mesmas propostas já são formuladas para o ensino médio. Há ofertas de programas de educação a distância, como o da Fundação Roberto Marinho, por exemplo, em que os resultados são bastante modestos.

Hindenburg Pires – **Você falou no aspecto das alterações nas relações de trabalho. Qual o impacto que o ensino**

a distância provocará quanto às relações de trabalho, mantidas pelas instituições públicas de ensino superior?

RL – Em geral, os cursos se organizam a partir de contratos definidos pelo cliente. Os contratos, geralmente, são feitos com fundações privadas das universidades. São recursos humanos formados por trabalhadores terceirizados. Muitos dos programas de formação dos professores que utilizam a estratégia da educação a distância já não são ministrados por docentes de cargo efetivo na universidade. Nas federais, são os substitutos e, nas estaduais, os bolsistas. Este curso e a formação aligeirada também deprimirão o salário dos que se formarem. Um professor graduado pelo ensino a distância, com o passar do tempo, provavelmente, terá um menor salário que o de formação convencional. Quanto aos que ministrarão o curso, dois ou três trabalhadores do quadro permanente poderão beneficiar-se com uma complementação salarial. Faz parte do movimento de venda de serviços em curso na universidade e que fragiliza a concepção de carreira acadêmica.

ADVIR - Uma política educacional, que priorizasse o investimento em educação a distância, passaria a exigir do Estado um volume extraordinário de recursos para a implantação da tecnológica necessária?

R. L. - Num primeiro momento, estes cursos exigem um capital fixo maior. Precisam de equipamentos que têm uma alta taxa de obsolescência. É um custo muito alto em relação à licença do uso dos softwares, beneficiando companhias estrangeiras, que têm domínio sobre estas tecnologias. No entanto, como pode formar um grande número de pessoas ao mesmo tempo, o custo relativo cai. É uma estratégia sonhada desde os anos 50. Como não existiam os recursos tecnológicos de hoje, produziram-se livros e manuais, com linguagem semelhante a da mídia, rápida, fragmentada. É importante registrar que a EAD não é utilizada em nenhum dos países do G-7. Neles, a educação, da escola básica à universidade, emprega recursos tecnológicos. Ninguém é contra a internet, nem a utilização de vídeos. Não é esta a questão e sim a ausência do ensino presencial. Se a experiência fosse tão promissora, iríamos encontrá-la implementada nos países do G-7. Nestas regiões, a EAD destina-se à população de imigrantes. As universidades abertas que utilizam estes recursos são instituições privadas. Nenhuma grande universidade, de boa qualidade, faz uso desta modalidade de ensino, no entanto todas querem entrar neste mercado, a fim de vender estes serviços aos países periféricos. A desregulamentação dos serviços educa-

tivos é um ponto central hoje, é a menina dos olhos da agenda da OMC. A educação gasta muito dinheiro no mundo inteiro. Temos aproximadamente um trilhão e quinhentos bilhões de gastos públicos com a educação no mundo. O acesso a uma pequena fração deste bolo pode render lucros muito grandes a empresários inescrupulosos, além de alimentar a política demagógica de quem não quer investir na universidade.

Hindenburgo Pires – E o apoio do Banco Mundial ao desenvolvimento de iniciativas vinculadas à área de educação a distância?

R.L. - O Banco Mundial entende que, na América Latina, por exemplo, não cabe a universidade com modelo europeu. Uma universidade que emprega muita gente, que tem um corpo permanente de professores e funcionários. Uma universidade que tem a docência, o momento de interação entre professores e estudantes, como central na formação, a produção do conhecimento novo. Segundo o Banco Mundial, esta universidade não diz respeito ao desenvolvimento dos países periféricos. Daí o incentivo à diversificação das estratégias de oferta do ensino superior. Os institutos superiores de formação, os cursos seqüenciais para graduação precária em uma série de carreiras, a estratégia de EAD. Tudo interessa, porque se tratam de estratégias que aligeirizam a formação. O banco está convencido de que a formação necessária e adequada aos países periféricos, como os da América Latina, é a mais rápida, mais superficial e voltada para o mercado.